

Aviso n.º 5087/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Félix Sanches Lopes, natural de Santo Amaro, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 23 de Março de 1972, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5088/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Soares Cassamá, natural de Bissorã, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 9 de Abril de 1952, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5089/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Irene Lima Coronel, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 3 de Julho de 1974, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5090/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadou Oury Diallo, natural de Zawiya, República da Guiné Conacri, de nacionalidade guineense, nascido em 25 de Abril de 1961, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5091/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Irene Miguel Ferreira, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 7 de Abril de 1971, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5092/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Jorge da Silva, natural de Pelundo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 2 de Janeiro de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5093/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Victor Pereira, natural de Calequisse, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 21 de Junho de 1967, o qual

podrá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5094/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mutar Baldé, natural de Paunca, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Maio de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5095/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Umaro Baldé, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 20 de Fevereiro de 1973, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5096/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 1 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marcelino António Pereira, natural de Cói, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 20 de Maio de 1961, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5097/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamoudou Bah, natural de Gabiwol, República da Guiné Conacri, de nacionalidade guineense, nascido em 22 de Maio de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5098/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Abel Canal, natural de Calequisse, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 5 de Junho de 1968, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Despacho n.º 9359/2006 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Março de 2006, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000,